

15ª Edição - 2015

EXAME



C N A I



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

**Prova específica para atuação na área de auditoria nas
instituições autorizadas a funcionar pelo
Banco Central do Brasil (BCB)**

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO
NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO
FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)
Edital CFC/CAE 1/2015**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões para a prova específica para atuação na área de auditoria nas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB)

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas, e as Folhas de Respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) CANDIDATO(A) DA SALA DE PROVA
SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) opções, e 2 (duas) questões dissertativas.

Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

- 1. O Conselho Monetário Nacional é o órgão central normativo dos mercados financeiro e de capitais. Na prática, foi transformado em um conselho de política econômica, com competência, como as citadas abaixo, entre outras, EXCETO a de:**
 - a) fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira.
 - b) definir a política a ser observada na organização e no funcionamento do mercado de valores mobiliários.
 - c) exercer permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre empresas que, direta ou indiretamente, interfiram nesses mercados e em relação às modalidades ou processos operacionais que utilizem.
 - d) disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras.

- 2. Os bancos múltiplos devem registrar em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo BCB, as informações referentes a garantias quando constituídas sobre:**
 - a) veículos automotores ou imóveis, relativas a operações de crédito.
 - b) a totalidade das operações de crédito.
 - c) operações de arrendamento mercantil.
 - d) operações de crédito, na modalidade exclusiva por avais e/ou fianças.

- 3. Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, devem ser observados alguns procedimentos pela instituição vendedora ou cedente. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.**
 - I - O ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo;**
 - II - Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida;**
 - III - As receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.**
 - a) Apenas I e II estão corretas.
 - b) Apenas II e III estão corretas.
 - c) Apenas I e III estão incorretas.
 - d) I, II e III estão corretas.

4. De acordo com o Cosif, para a atualização dos ativos e passivos, quando do levantamento dos balancetes, balanços e apuração de resultados, durante o período do processo de liquidação extrajudicial, devem-se observar as seguintes regras e procedimentos, EXCETO:

- a) calculam-se as receitas do período com base nas disposições contratuais, normas legais e regulamentares, observando, ainda, no que couber, os critérios de avaliação e apropriação contábil do Cosif.
- b) as provisões constituídas segundo os critérios constantes do Cosif para as empresas em situação de curso normal são registradas em contrapartida com a adequada conta do Patrimônio Líquido - GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL NÃO REALIZADOS.
- c) o ganho ou a perda de capital não realizado, quando esta se apresentar em montante superior aos limites mínimos fixados no Cosif para as empresas em situação de curso normal, devem ser registrados, respectivamente, no próprio título ou na conta de provisão que ajusta ao valor de mercado, em contrapartida com o título GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL NÃO REALIZADOS, no Patrimônio Líquido.
- d) a atualização dos passivos pelo cálculo da atualização monetária do período, com base no índice de variação monetária previsto em lei.

5. Assinale a opção INCORRETA.

De acordo com a regulamentação do CMN/BCB, para efeito de obrigatoriedade de consolidação integral do Conglomerado Prudencial pelas instituições financeiras, as investidas devem ser consideradas quando ficar caracterizada a existência de:

- a) participações em empresas em que a instituição detenha, inclusive em função da existência de acordos de votos, direitos de sócio que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais ou poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores.
- b) controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.
- c) fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham, substancialmente, riscos e benefícios.
- d) participações societárias das instituições em que haja controle compartilhado.

6. Para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras do semestre/exercício da instituição financeira investidora, quando aplicável à avaliação pelo método da equivalência patrimonial, os efeitos do recebimento de juros relativos à remuneração do capital próprio devem ser:

- a) objeto de ajuste mediante reclassificação dos valores registrados em OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS para as adequadas contas de investimento, de modo que seus efeitos sejam eliminados do resultado do semestre/exercício.
- b) mantidos no patrimônio líquido como ajuste de variação patrimonial, com contrapartida na respectiva conta de investimento.

- c) mantidos no resultado do semestre/exercício em OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS.
- d) mantidos em conta retificadora do Investimento, para reconhecimento na receita nos exercícios seguintes considerados, com impacto no resultado do exercício.
- 7. Na ocorrência de redução ao valor recuperável de ativos, por ocasião dos balancetes e balanços, os imóveis de uso próprio e demais bens classificados no Imobilizado de Uso registram-se pelo:**
- a) preço de aquisição, indicando-se, dedutivamente, o saldo das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva depreciação acumulada.
- b) custo de aquisição (preço de aquisição acrescido das despesas acessórias indispensáveis), indicando-se, dedutivamente, o saldo das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva depreciação acumulada.
- c) custo de aquisição (preço de aquisição acrescido das despesas acessórias indispensáveis), indicando-se, dedutivamente, o saldo da respectiva depreciação acumulada.
- d) preço de aquisição, indicando-se, dedutivamente, o saldo da respectiva depreciação acumulada.
- 8. As garantias são contabilizadas levando-se em conta o valor pelo qual foram recebidas ou prestadas, cabendo NÃO registrar em contas de compensação as:**
- a) recebidas em operações ativas, quando mantidas em poder da instituição ou de terceiros, exceto o próprio mutuário.
- b) prestadas, quando não prevista sua vinculação nas respectivas contas do ativo.
- c) constituídas em dinheiro.
- d) prestadas pela instituição, sob a forma de aval, fiança ou outra coobrigação.
- 9. O Cosif estabeleceu critérios para registro de passivos nas empresas em liquidação extrajudicial. As obrigações devem ser atualizadas pelo regime de competência, observada apropriação mensal somente pelo índice de correção monetária previsto em lei e, no caso de apurado superávit no cálculo da massa, devem ser provisionados separadamente os:**
- a) juros legais de 6% (seis por cento) a.a., não capitalizados, calculados sobre o valor das obrigações atualizadas monetariamente, a todos os credores, e, se ainda houver sobras, também a diferença para mais entre juros legais e contratuais.
- b) juros de 12% (doze por cento) a.a., não capitalizados sobre o valor das obrigações atualizadas monetariamente, a todos os credores.
- c) juros legais de 6% (seis por cento) a.a., capitalizados, calculados sobre o valor das obrigações atualizadas monetariamente, a todos os credores, e, se ainda houver sobras, também a diferença para mais entre juros legais e contratuais.
- d) juros de 12% (doze por cento) a.a. capitalizados sobre o valor das obrigações atualizadas monetariamente, a todos os credores.

10. Para efeitos de elaboração das demonstrações financeiras, os balancetes dos meses de junho e dezembro, que correspondem ao “pré-balanco”, onde, obrigatoriamente, todas as receitas e despesas operacionais e não operacionais estão computadas, bem como todas as transações de registro em contas patrimoniais inclusive imposto de renda e participações e em contas de compensação, somente se admitem os lançamentos relativos aos itens abaixo, quando for o caso, EXCETO o relativo a:

- a) distribuição de dividendos.
- b) constituição de reservas de lucros.
- c) compensação de prejuízos com absorção de reservas.
- d) ajustes de exercícios anteriores.

11. A falta ou atraso de conciliações contábeis e a escrituração mantida em atraso processados em desacordo com as normas consubstanciadas no Plano Contábil (Cosif), colocam a instituição, seus administradores, gerentes, membros do conselho de administração, fiscal e semelhantes, sujeitos a penalidades cabíveis, nos termos da lei. Esse prazo não poderá ser superior a:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.

12. Assinale a opção que apresenta a afirmação que NÃO se encontra de acordo com as normas do Cosif.

- a) As operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos pós-fixados contabilizam-se pelo valor do principal, a débito ou a crédito das contas que as registram. Essas mesmas contas acolhem os juros e os ajustes mensais decorrentes das variações da unidade de correção ou dos encargos contratados, no caso de taxas flutuantes.
- b) As rendas e os encargos operações pós-fixados ou flutuantes são apropriados mensalmente, a crédito ou a débito das contas efetivas de receitas ou despesas, conforme o caso, em razão da fluência de seus prazos, admitindo-se a apropriação em períodos inferiores a um mês.
- c) As rendas e os encargos pós-fixados ou flutuantes, proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação da operação devem ser apropriados dentro do próprio mês, “pro rata temporis”, considerando-se o número de dias corridos.
- d) A apropriação das rendas e dos encargos mensais das operações com títulos, pós-fixadas ou flutuantes, faz-se mediante a utilização do método exponencial, não se admitindo a utilização do método linear.

13. Na contabilização de operações de caixa, assinale a opção que se encontra em DESACORDO com as normas do BCB.

- a) As diferenças de numerário contabilizam-se, quando a menor, em DEVEDORES DIVERSOS - PAÍS, no subtítulo de uso interno Diferenças de Caixa, com indicação do nome do funcionário responsável, transferindo-se a diferença não regularizada, após esgotados todos os meios usuais e normais de cobrança, até o final do semestre seguinte para PERDAS DE CAPITAL. Admite-se a transferência antes desse prazo, se ficar comprovada a impossibilidade de recuperação.
- b) No caso das diferenças de numerário, quando a maior, em CREDITORES DIVERSOS - PAÍS, no subtítulo de uso interno Diferenças de Caixa, transfere-se a diferença não regularizada até o final do semestre seguinte ao da ocorrência para GANHOS DE CAPITAL.
- c) Quaisquer recebimentos ou pagamentos realizados no expediente normal, ou mesmo fora dele, serão pós-datados, mas não integram o movimento do dia, para efeito de contabilização.
- d) Os cheques e outros papéis registrados transitoriamente na conta CAIXA não podem compor o saldo da conta no fim do dia, que expressará, exclusivamente, o numerário existente.

14. De acordo com as normas do Cosif, os gastos com adaptação de imóveis de terceiros para se ajustar às necessidades de funcionamento da instituição financeira, requerem alguns procedimentos. Acerca desse assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) As benfeitorias realizadas e os valores pagos a título de luvas (fundo de comércio) para utilização de imóveis de terceiros registram-se em contas de resultados.
- b) As benfeitorias realizadas e os valores pagos a título de luvas (fundo de comércio) para utilização de imóveis de terceiros registram-se em conta do ativo e são levados ao resultado ao final do contrato de aluguel.
- c) Os encargos financeiros sobre eventuais obrigações decorrentes de gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros contabilizam-se em contas do ativo.
- d) As benfeitorias realizadas e os valores pagos a título de luvas (fundo de comércio) para utilização de imóveis de terceiros registram-se em contas do ativo e são amortizados ao longo do período do contrato de aluguel.

15. Nas vendas de bens de uso próprio da instituição financeira, o lucro ou prejuízo apurado entre o preço à vista e o valor líquido contábil na venda a prazo desses bens deve ser apropriado integralmente no ato da transação, observado-se que:

- a) nos encargos embutidos no seu valor, considera-se lucro a diferença entre o valor líquido contábil e o preço a prazo.
- b) quando não especificado nos documentos mercantis o preço à vista, este é determinado por meio de laudo de avaliação, firmado por peritos ou empresa especializada ou, no caso de bens de valor inferior a R\$5.110,00, tomam como parâmetro as taxas de juros vigentes no mercado.

- c) a diferença apurada na venda de bens de uso próprio com encargos embutidos representa receita operacional, devendo ser apropriada quando do recebimento da última parcela em Outras Rendas Operacionais.
- d) quando com encargos pós-fixados, apropria-se no final de cada semestre o valor dos encargos, a débito da adequada conta e a crédito de Outras Rendas Operacionais.

16. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito deve prever a mensuração adequada do risco de crédito de contraparte advindo de instrumentos financeiros derivativos?

- a) Sim, porque as normas do BCB requerem o gerenciamento de risco de crédito em quaisquer operações efetuadas pela instituição.
- b) Sim, pois os instrumentos financeiros derivativos também requerem desembolsos de caixa, como o pagamento de prêmios sujeitos ao risco de crédito.
- c) Não, dado que os instrumentos financeiros derivativos não geram desembolsos de caixa sujeitos ao risco de crédito.
- d) Não, porque o gerenciamento de risco de crédito está relacionado apenas com a concessão de operações de crédito.

17. Em uma operação de “hedge” de risco de mercado, a valorização ou desvalorização deve ser registrada em contrapartida na conta adequada:

- a) do patrimônio líquido.
- b) de receita ou despesa.
- c) em conta patrimonial específica do ativo ou passivo.
- d) em resultado diferido.

18. O Banco de Investimentos XYZ, de médio porte, opera em financiamentos de equipamentos industriais para empresas, mas está muito concentrado em financiados do determinado segmento econômico. Estas operações de crédito têm como garantia principal a alienação fiduciária dos próprios equipamentos financiados. O segmento econômico citado vem vivendo uma crise há algum tempo, resultando para o Banco uma carteira de créditos problemáticos de valor relevante, prejudicando o resultado e fragilizando o patrimônio líquido, o que se acelerou em 2014. Preventivamente, a administração efetuou teste de estresse de suas operações de crédito, na posição de 30.12.2014, com o deslocamento da carteira em dois níveis de risco, como apresentado abaixo. Considerando o resultado do teste e o fato de que o BCB também testa desta forma e age com muito rigor nestes casos, uma vez as exigências da regulamentação prudencial em vigor, a Administração do Banco XYZ, tomando por base que o percentual adequado de inadimplência para o setor fica em torno de 5% (cinco por cento), deve tomar iniciativas adequadas para precaver-se das possíveis consequências danosas a sua continuidade.

Em R\$1.000,00

DEMONSTRAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO						TESTE DE ESTRESSE	
EXERCÍCIOS		2014		2013		2014	
NÍVEL DE RISCO	PROVISÃO: % MÍNIMO	CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO	CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO	CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO
AA	0%	3.900	-	3.500	-	3.900	39
A	0,5%	10.300	51	11.200	56	10.300	309
B	1%	5.700	57	6.100	61	5.700	570
C	3%	4.000	120	3.500	105	4.000	1.200
D	10%	3.000	300	2.500	250	3.000	1.500
E	30%	2.000	600	2.000	600	2.000	1.400
F	50%	1.000	500	1.000	500	1.000	1.000
G	70%	500	350	500	350	500	500
H	100%	3.000	3.000	2.000	2.000	3.000	3.000
TOTAL		33.400	4.979	31.800	3.772	33.400	9.518
		100%	15%	100%	12%	100%	28%

Assinale a opção que apresenta a ação adequada às circunstâncias citadas, em conformidade com a regulamentação vigente.

- a) Os acionistas controladores devem, obrigatoriamente, ainda em 30.12.14, comprar os créditos constantes do nível G, com transferência integral de risco.
- b) Os acionistas controladores devem constituir provisão adicional, de forma que em conjunto com a provisão já constituída, atinja o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da carteira de operações de crédito e examine providências para posterior capitalização, se for o caso.
- c) Os acionistas controladores devem vender com coobrigação os créditos constantes do nível G, ainda em 30.12.14.
- d) Os acionistas controladores devem constituir provisão adicional, de forma que a provisão constituída atinja o percentual de 28% (vinte e oito por cento) do valor da carteira de operações de crédito e captar recursos, preferencialmente, dos seus acionistas controladores, em modalidade de instrumentos de capital e dívida, no valor mínimo de R\$3.000.000,00, condicionando a sua liquidação por devolução dos recursos aos acionistas, a possível recuperação destes créditos e no caso de insucesso desta recuperação, obrigatória e automática a capitalização dos recursos correspondentes ao valor dos créditos não recuperados.

19. A regulação prudencial do CMN/BCB faculta a utilização de abordagem avançada, baseada em modelo interno (modelo AMA), para cálculo semestral do valor da parcela relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante modelo interno (RWAoama) dos ativos ponderados pelo risco (RWA), em substituição à parcela relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem

padronizada (RWAopad), aos bancos múltiplos, comerciais e bancos cooperativos, neste último exceto os cooperativos não integrantes de conglomerados, as caixas econômicas, o BNDES e as entidades integrantes de conglomerado composto por uma destas citadas instituições. O modelo AMA utilizado deve incorporar, no mínimo, o seguinte conjunto de elementos:

- a) dados internos e externos de perdas operacionais; indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos; e análise de cenários.
- b) dados internos de perdas operacionais; e indicadores relativos ao ambiente de negócios.
- c) política para operações de “hedge”; atuação da tesouraria; e indicadores relativos ao ambiente de negócios.
- d) atuação da tesouraria, dados externos de perdas operacionais; e processos de concessão, cobrança e renegociação de operações de crédito.

20. O gerenciamento do risco socioambiental das instituições financeiras deve considerar, EXCETO:

- a) sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição.
- b) sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco operacional presente.
- c) registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação e a avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação.
- d) procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

21. O relatório de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, elaborado como resultado do trabalho de auditoria independente de instituição financeira deve abranger diversos aspectos relevantes, observada a natureza, complexidade e risco das operações realizadas pela instituição auditada. Entre estes aspectos, a identificação e avaliação de riscos deve abordar os processos para identificação e avaliação de fatores internos e externos que possam prejudicar o alcance dos objetivos da organização, incluindo, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) políticas e procedimentos a respeito da segregação de atividades, de modo a evitar conflitos de interesse e acúmulo de funções incompatíveis.
- b) processo de divulgação, em todos os níveis da organização, das políticas de controles internos.
- c) processos de identificação e mensuração dos riscos de mercado, de crédito e operacional e processos de validação dos modelos de precificação e testes de estresse.
- d) segurança física.

22. A regulação prudencial do CMN/BCB faculta às instituições integrantes de conglomerado financeiro a utilização de sistemas internos de classificação do risco de crédito (abordagens IRB) para cálculo do valor mensal da parcela relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital (RWA_{crb}). A abordagem IRB de risco deve ser aderente a requisitos qualitativos como:

- a) estar integrada, em conjunto com as estimativas dos parâmetros de risco, à estrutura de gerenciamento do risco operacional e ser utilizada em conjunto com os limites definidos pela instituição para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco operacional.
- b) empregar infraestrutura tecnológica e controles compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição.
- c) mensurar de forma consistente o risco de mercado, considerando características do tomador e da operação.
- d) classificar o risco de liquidez segundo uma metodologia consistente.

23. A atividade de auditoria interna, quando não executada por unidade específica da própria instituição ou de instituição integrante do mesmo conglomerado financeiro poderá ser exercida pela auditoria da entidade ou associação de classe ou de órgão central a que esteja filiada a instituição ou por auditoria de entidade ou associação de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, mediante convênio, previamente aprovado por este, firmado entre a entidade a que esteja filiada a instituição e a entidade prestadora do serviço. Esta faculdade poderá ser exercida por diversas instituições, como as apontadas nas alternativas abaixo, EXCETO:

- a) cooperativas de crédito.
- b) sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários.
- c) caixas econômicas.
- d) sociedades de crédito imobiliário.

24. As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a “hedge” devem atender, cumulativamente, às condições abaixo relacionadas, EXCETO:

- a) possuir identificação documental do risco objeto de “hedge”, com informação detalhada sobre a operação, destacados o processo de gerenciamento de risco e a metodologia utilizada na avaliação da efetividade do “hedge” desde a concepção da operação.
- b) comprovar a efetividade do “hedge” desde a concepção e no decorrer da operação, com indicação de que as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do instrumento de “hedge” compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de “hedge” em um intervalo entre 80% (oitenta por cento) e 125% (cento e vinte e cinco por cento).
- c) prever a necessidade de renovação ou de contratação de nova operação no caso daquelas em que o instrumento financeiro derivativo apresente vencimento anterior ao do item objeto de “hedge”.
- d) ter como contraparte empresa integrante do consolidado econômico-financeiro.

25. As sociedades de crédito ao microempreendedor e empresas de pequeno porte que se sujeitam à autorização para constituição, funcionamento e à fiscalização do BCB devem observar, permanentemente, os seguintes limites, EXCETO:

- a) capital realizado e de patrimônio líquido mínimos de R\$200.000,00.
- b) exposição por cliente, considerando operações de crédito, coobrigações por cessão de créditos e prestação de garantias, limitado a 5% (cinco por cento) de seu PL ajustado pelas contas de resultados.
- c) endividamento, considerando as obrigações do passivo circulante, as coobrigações por cessão de créditos e as garantias prestadas, e descontando as aplicações em títulos públicos federais de, no máximo, dez vezes o respectivo PL.
- d) captação de recursos oriundos do público, sob a forma de depósitos de livre movimentação, limitado a cinco vezes o respectivo Patrimônio Líquido.

26. O Patrimônio de Referência (PR) de Conglomerado deve ser calculado em bases consolidadas para as instituições integrantes de um mesmo conglomerado prudencial. Consiste no somatório do Nível I e do Nível II, em que o Nível I consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar. O Primeiro componente do Capital Principal é o valor correspondente ao Capital Social. Com relação a esse assunto, assinale a opção que apresenta a composição do Capital Principal para efeitos de PR de Conglomerado Prudencial.

- a) Aumento de Capital em processo de autorização, com exceção do aumento de capital realizado por meio de incorporação de reservas e de sobras ou lucros acumulados.
- b) Valores relativos ao capital social constituído por quotas, quotas-partes, ou por ações resgatáveis e com mecanismos de cumulatividade de dividendos.
- c) Valores relativos ao capital social constituído por quotas, quotas-partes, ou por ações não resgatáveis e sem mecanismos de cumulatividade de dividendos.
- d) Operações com derivativos de índices.

27. Os valores da participação de não controladores no capital de subsidiária que seja instituição autorizada a funcionar pelo BCB, que excederem os requerimentos mínimos de Capital Principal, Nível I e Patrimônio de Referência (PR) dessa subsidiária, devem, para fins de apuração do Patrimônio de Referência:

- a) ser adicionados ao capital Principal do Nível I e ao PR do Conglomerado.
- b) ser deduzidos do capital Principal do Nível I e do PR do Conglomerado.
- c) ser deduzidos do capital Principal do Nível I e adicionados ao PR do Conglomerado.
- d) ser adicionados ao capital Principal do Nível I e deduzidos do PR do Conglomerado.

28. Quais os limites mínimos de capital integralizado e de Patrimônio de Referência (PR) uma cooperativa de crédito singular de livre admissão de associados, em área de atuação com população superior a 750 mil habitantes e até 2 milhões de habitantes, deve observar?

- a) Integralização inicial de capital de R\$20.000,00 (vinte mil reais) e PR de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) após quatro anos da data de autorização para funcionamento.
- b) Integralização inicial de R\$4.300,00 (quatro mil e trezentos reais) e PR de R\$86.000,00 (oitenta e seis mil reais) após quatro anos da data de autorização para funcionamento.
- c) Integralização inicial de capital de R\$20.000,00 (vinte mil reais) e PR de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais).
- d) Integralização inicial de capital de R\$10.000,00 (dez mil reais) e PR de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) após quatro anos da data de autorização para funcionamento.

29. Os financiamentos a importações conduzidas ao amparo de cartas de crédito a prazo ou de outras coobrigações são registrados nas contas constantes da alternativa abaixo, quando a respectiva operação de câmbio ainda não tiver sido celebrada:

- a) na conta FINANCIAMENTOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS, em contrapartida com a conta OBRIGAÇÕES COM MOEDAS ESTRANGEIRAS.
- b) na conta IMPORTAÇÃO FINANCIADA – CÂMBIO CONTRATADO, em contrapartida com a conta OBRIGAÇÕES COM MOEDAS ESTRANGEIRAS.
- c) na conta DÉBITOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS, em contrapartida com a conta OBRIGAÇÕES COM MOEDAS ESTRANGEIRAS.
- d) na conta IMPORTAÇÃO FINANCIADA – CÂMBIO CONTRATADO, em contrapartida com a conta FINANCIAMENTOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS.

30. Nas operações com Correção Cambial, assinale a opção que se encontra em desacordo com as Normas do BCB.

- a) As operações ativas e passivas contratadas com cláusula de reajuste cambial devem ser contabilizadas pelo seu contravalor em moeda nacional, principal da operação, a débito ou a crédito das contas que as registrem.
- b) As rendas e os encargos dessas operações são apropriados mensalmente a crédito ou a débito das contas efetivas de receitas ou despesas, conforme o caso, em razão da fluência de seus prazos, admitindo-se a apropriação em períodos inferiores a um mês. Nas operações com correção cambial, o Imposto de Renda é apropriado no final do contrato, após definidos os valores de liquidação da operação.
- c) As rendas e os encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação da operação devem ser apropriados dentro do próprio mês, “pro rata temporis”, considerando-se o número de dias corridos.
- d) A apropriação das rendas e dos encargos mensais dessas operações faz-se mediante a utilização do método exponencial, admitindo-se a apropriação segundo o método linear naquelas contratadas com cláusula de juros simples.

31. O Banco ABC efetuou compra de posição de 200.000 Letras do Tesouro Nacional em 31.3.2014 ao Preço Unitário de R\$921,13 e, no mesmo dia, a vendeu para o Banco XYZ pelo mesmo valor, com compromisso de recompra por um Preço Unitário de

R\$921,35 aprazado para o dia 02.4.2014. Assinale a opção cujos valores e adequadas contas patrimoniais e de resultados decorrentes das operações com estes títulos devem constar do balancete de 31.3.2014.

- a) R\$184.270.000,00 em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa Vinculados a Recompras – LTNs no Ativo e igual valor em Obrigações por Operações Compromissadas – Recompras a Liquidar – Carteira Própria – LTNs no Passivo e R\$44.000,00 em Rendas de Títulos de Renda Fixa.
- b) R\$184.226.000,00 em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa Vinculados a Recompras – LTNs no Ativo e igual valor em Obrigações por Operações Compromissadas – Recompras a Liquidar – Carteira Própria – LTNs no Passivo e R\$0,00 em contas de resultados.
- c) R\$184.226.000,00 em TVMs e IFDs – Revendas a Liquidar – Posição Bancada – LTNs e R\$0,00 em Rendas de Títulos de Renda Fixa.
- d) R\$184.270.000,00 em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa – LTNs e R\$44.000,00 em Rendas de Títulos de Renda Fixa.

32. Compõem a carteira de títulos de renda variável das instituições financeiras, EXCETO:

- a) as ações subscritas ou havidas por investimentos compulsórios, destinadas à negociação em mercado.
- b) os bônus de subscrição de companhias abertas.
- c) os certificados e cotas de fundos de renda variável.
- d) as ações da própria instituição, desde que seja companhia aberta, adquiridas no mercado para livre negociação.

33. O Banco ABC adquiriu, em 30.3.2014, 10.000 títulos federais (LTN) pelo valor unitário de R\$909,99, para compor sua Carteira Própria de Títulos de Renda Fixa. No dia seguinte, financiou esta compra, vendendo na curva do papel, ao preço unitário de R\$910,30, com compromisso de recompra para o dia 1º.4.2014, pagando uma taxa de 0,11% ao ano. Assinale a opção que apresenta as contas e respectivos valores nelas inclusos, relativos a esta operação, que deverão constar no Balancete de 31.3.2014 do referido Banco:

- a) R\$9.103.000,00 em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa Vinculados a Recompras – LTNs no Ativo e R\$9.103.000,00 em Obrigações por Operações Compromissadas – Recompras a Liquidar – Carteira – LTNs no Passivo e R\$3.100,00 em Contas de Resultados.
- b) R\$9.099.900,00 em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa Vinculados a Recompras – LTNs no Ativo e igual valor em Obrigações por Operações Compromissadas – Recompras a Liquidar – Carteira – LTNs no Passivo e R\$3.100,00 em Despesas de Títulos de Renda Fixa.
- c) R\$9.103.000,00 em TVMs e IFDs – Revendas a Liquidar – Posição Bancada – LTNs e R\$3.100,00 em Contas de Resultados.
- d) R\$9.099.900,00 em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa – LTNs no Ativo e R\$0,00 no Passivo e R\$3.100,00 em Despesas de Títulos de Renda Fixa.

34. Os processos de apreçamento de instrumentos financeiros devem ser pautados por critérios de prudência e confiabilidade e devem fazer uso de metodologias de avaliação. Assinale a opção que apresenta as duas metodologias indicadas pelas normas regulamentares do CMN/BCB.

- a) Avaliação pelo custo de aquisição e avaliação a mercado.
- b) Avaliação a mercado e avaliação pelo valor futuro.
- c) Avaliação por modelo de apreçamento e avaliação pelo custo de aquisição.
- d) Avaliação por modelo de apreçamento e avaliação a mercado.

35. Assinale a opção que se encontra em conformidade com as normas do Cosif.

- a) Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.
- b) Os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”, devem ser avaliados pelos respectivos valores de cotação em Bolsas de Valores, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.
- c) Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários devem ser computados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que forem classificados, observado que os relativos a ações adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que registra o correspondente custo de aquisição.
- d) As perdas de caráter permanente com títulos e valores mobiliários, classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento”, devem ser reconhecidas somente nos balanços semestrais, sendo vedado o reconhecimento imediatamente no resultado do período.

36. Os títulos que permanecem em estoque, livres para negociação, oriundos de compras definitivas ou recompras, registrados em TÍTULOS DE RENDA FIXA refere-se à:

- a) Carteira Própria Financiada.
- b) Carteira de Terceiros Bancada.
- c) Carteira Própria Bancada.
- d) Carteira de Terceiros Financiada.

37. Na constituição de reservas e fundos, distribuição de sobras e compensação de perdas nas sociedades cooperativas. Assinale a opção que NÃO se encontra de acordo com as normas do BCB.

- a) As cooperativas de crédito estão dispensadas da constituição da reserva legal quando essa reserva atingir o limite de 10% (dez por cento) das PERDAS ACUMULADAS.

- b) A assembleia geral deve fixar, para cada reserva a ser constituída, o fim específico e o modo de formação, aplicação e liquidação.
- c) As reservas constituídas devem ser registradas no título adequado do desdobramento de subgrupo Reservas de Lucros, observada a deliberação da assembleia geral.
- d) As perdas verificadas não podem ser rateadas por meio de redução de participação do cooperado no capital social da cooperativa.

38. As cooperativas singulares de crédito de livre admissão, de empresários e de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores devem, entre outras obrigações: (a) se filiar a cooperativa central de crédito; (b) apresentar relatório de conformidade da respectiva cooperativa central de crédito, ou confederação, quando do pedido de autorização para constituição; (c) publicar declaração de propósito, com vistas ao exercício de cargos de conselheiro de administração ou de diretor das cooperativas singulares de crédito de livre admissão, em relação aos eleitos.

Na hipótese de não cumprimento dessas obrigações, fica a cooperativa de crédito obrigada a adotar algumas medidas. Avalie as medidas dispostas nos itens I e II e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I - Suspensão da admissão de novos associados.

II - Apresentação, ao Banco Central do Brasil, de relatório detalhando os motivos que levaram a essa situação, bem como de plano de adequação sujeito à aprovação da referida autarquia.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Os itens I e II estão corretos.
- d) Nenhuma das opções anteriores.

39. Na discussão com a equipe de trabalho, enfocando o risco de fraude, incluem-se perguntas específicas sobre como as partes relacionadas podem estar envolvidas em fraudes. Qual das indagações abaixo NÃO se inclui neste contexto?

- a) Como entidades de propósitos específicos controladas pela administração poderiam ser usadas para facilitar a manipulação de resultados?
- b) Como as transações entre a entidade e um parceiro de negócios de membro-chave da administração poderiam ser estruturadas para facilitar a apropriação indevida de ativos da entidade?
- c) Como entidade controlada pela administração poderia ser usada para facilitar a manipulação de resultados?
- d) Como as transações entre a entidade e clientes poderiam ser estruturadas para facilitar apropriação indevida de ativos da entidade?

40. Após definidas as materialidades de planejamento e de execução, o auditor avalia fatores que podem indicar a existência de transações, saldos contábeis ou divulgação para os quais poderia razoavelmente esperar a existência de distorção de valores abaixo da materialidade, mas que possam influenciar as decisões dos usuários. Avalie os fatores abaixo e marque a opção CORRETA.

I - Se leis, regulamentos ou a estrutura de relatório financeiro aplicável afetam as expectativas dos usuários em relação à mensuração ou divulgação de certos itens (por exemplo, transações com partes relacionadas, e a remuneração da administração e dos responsáveis pela governança);

II - As principais divulgações referentes a instituição financeira (por exemplo, nível de inadimplência);

III - Se a atenção está focada em aspecto específico do negócio da instituição financeira que é divulgado separadamente nas demonstrações contábeis (por exemplo, negócio recém-adquirido).

- a) Somente os itens I e II influenciam as decisões econômicas de usuários.
- b) Somente os itens II e III influenciam as decisões econômicas de usuários.
- c) Todos os itens influenciam as decisões econômicas de usuários.
- d) Nenhum dos itens influenciam as decisões econômicas de usuários.

41. Ao usar informações apresentadas pela instituição financeira, o auditor deve avaliar se elas são suficientemente confiáveis para os seus propósitos, incluindo, como necessário nas circunstâncias. Acerca desse assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) O auditor deve obter evidência de auditoria sobre a exatidão e integridade das informações e avaliar se são suficientemente precisas e detalhadas para os fins da auditoria.
- b) O auditor deve exigir a publicidade dos informes prestados.
- c) O auditor deve aceitar sempre as informações apresentadas pela entidade como confiáveis para fins de auditoria.
- d) O auditor deve verificar se as informações estão devidamente assinadas por representantes legais da entidade e, caso estejam, aceitá-las como confiáveis para efeitos de auditoria.

42. NÃO é necessário constar na carta de contratação de auditoria:

- a) o objetivo e o alcance da auditoria das demonstrações contábeis.
- b) a composição da equipe de auditoria, com descrição das qualificações e experiência de cada membro designado.
- c) as responsabilidades do auditor e da administração.
- d) a identificação da estrutura de relatório financeiro aplicável para a elaboração das demonstrações contábeis.

- 43. O Banco ABC deferiu em 31.3.2014, operação de crédito de reforço do capital de giro da Alpha Comércio Ltda., no valor de R\$2.000.000,00, com taxa prefixada de 2,2% a.m. e pagamento de juros e principal ao final de um prazo de seis meses. Qual o impacto desta operação nas contas patrimoniais e de resultados constantes no balancete de 31.7.2014 do banco?**
- a) Financiamentos com R\$2.176.000,00 e Rendas de Financiamentos com R\$176.000,00.
 - b) Empréstimos com R\$2.181.893,65 e Rendas de Empréstimos com R\$181.893,65.
 - c) Empréstimos com R\$2.176.000,00 e Rendas de Empréstimos com R\$176.000,00.
 - d) Financiamentos com R\$2.181.893,65 e Rendas de Financiamentos com R\$181.893,65.
- 44. A Companhia Industrial Beta tomou financiamento do Banco XYZ para projeto de expansão de seu parque industrial por repasse de recursos do BNDES/Finame, na ordem de R\$50.000.000,00, para pagamento em 60 meses, inclusa carência inicial de seis meses para amortização do principal, mas com juros pagáveis mensalmente. A liberação ocorreu em 31.1.2014, tendo sido pactuada taxa pós-fixada, vinculada a TJLP de 0,5% a.m. e mais juros 0,3% a.m. O que deve constar no balancete de 31.3.2014 do Banco XYZ, como reflexo desta operação, nas respectivas e adequadas contas do sistema patrimonial e de resultados? Considerar a TJLP fixa em 0,3% no período para efeitos de cálculo.**
- a) Empréstimos com R\$50.753.756,25 e Rendas de Empréstimos com R\$799.207,75.
 - b) Empréstimos com R\$50.799.207,75 e Rendas de Empréstimos com R\$45.451,50.
 - c) Financiamentos com R\$50.753.756,25 e Rendas de Financiamentos com R\$799.207,75.
 - d) Financiamentos com R\$50.799.207,75 e Rendas de Financiamentos com R\$45.451,50.
- 45. Considerando o relatório mensal de Classificação das Operações de Crédito por Nível de Risco emitido em 30.4.2014 abaixo, aponte quais devem ser os valores mínimos relativos ao balancete do mês de abril respectivamente ao:**
- 1º Acréscimo ou redução do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao saldo do mês anterior; e**
- 2º Valor do saldo da provisão citada no referido balancete de abril/14.**

Em R\$ milhões

OPERAÇÃO POR	% PCLD	mar/14	abr/14	PCLD	PCLD
NÍVEL DE RISCO				ANTERIOR	ATUAL
AA	0%	50.000	55.000	-	-
A	0,5%	20.000	25.000	100	125
B	1%	10.000	12.000	100	120
C	3%	5.000	6.000	150	180
D	10%	2.000	2.000	200	200
E	30%	1.000	1.000	300	300
F	50%	500	1.000	250	500
G	70%	500	500	350	350
H	100%	5.000	5.500	5.000	5.500

- a) R\$14.000.000,00 e R\$108.000.000,00.
- b) R\$94.000.000,00 e R\$108.000.000,00.
- c) R\$825.000,00 e R\$7.275.000,00.
- d) R\$7.275.000,00 e R\$108.000.000,00.

46. O BCB estabeleceu procedimentos para a contabilização da remuneração de correspondentes no País, em especial relativamente aos captadores de empréstimos consignados, conhecidos como “pastinhas”. Acerca desse assunto, assinale a opção **CORRETA.**

- a) A remuneração dos correspondentes no País deve ser reconhecida integralmente como despesa na data de originação das operações de crédito respectivas, com período de adaptação em 2015 e 2016.
- b) A remuneração dos correspondentes no País deve ser reconhecida de forma exponencial no decurso do prazo das operações originadas.
- c) A remuneração dos correspondentes no País deve ser reconhecida de forma linear no decurso do prazo das operações originadas.
- d) A remuneração dos correspondentes no País deve ser reconhecida com 50% (cinquenta por cento) do seu valor integralmente na despesa na data de originação das operações de crédito respectivas, e o restante registrado no ativo para ser reconhecida de forma exponencial no decurso do prazo das operações originadas.

47. De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, qual das instituições abaixo relacionadas não tem obrigatoriedade de uso do Cosif?

- a) Sociedades de crédito, financiamento e investimento.
- b) Sociedades de arrendamento mercantil.
- c) Companhias hipotecárias.
- d) Sociedades de fomento mercantil.

48. Os resultados das baixas dos bens arrendados devem ser escriturados mensalmente, tendo-se como base o cálculo do valor presente das contraprestações dos contratos, utilizando-se a taxa:

- a) interna de retorno de cada contrato.
- b) Selic.
- c) média de financiamentos de bens da mesma natureza.
- d) equivalente de juros simples.

49. O Cosif dispõe, para efeitos de apropriação de receitas ou despesas em consórcios, os regimentos abaixo listados. Com relação a esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Os valores relativos a comissões de adesão devem ser escriturados na administradora por ocasião do efetivo recebimento, quando será apropriada como receita.
- b) A taxa de administração dos grupos de consórcio deve ser escriturada na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, quando será apropriada como receita.
- c) A apropriação da taxa de adesão pela administradora, como receita efetiva, deve ocorrer na data da assembleia de constituição do respectivo grupo.
- d) Os valores relativos a comissões sobre vendas de quotas de consórcio devem ser apropriados ao resultado quando da realização da venda, não devendo ser diferidos.

50. As instituições financeiras devem proceder à substituição do:

- a) auditor independente contratado, no máximo, após emitidos pareceres relativos a cinco demonstrações contábeis completas.
- b) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria independente, após emitidos pareceres relativos a, no máximo, cinco exercícios sociais completos.
- c) auditor independente contratado, no máximo, após emitidos pareceres relativos a cinco exercícios sociais completos.
- d) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria independente, após emitidos pareceres relativos a, no máximo, cinco demonstrações contábeis completas.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

51. Compete ao Banco Central do Brasil determinar a adoção de medidas prudenciais preventivas para apurar a ocorrência de situações que possam atentar contra a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), utilizando-se de indicadores estabelecidos em norma, como, por exemplo, o de liquidez. Explique ao menos seis desses indicadores elencados pela norma regulamentar.

52. Inicialmente discorra sobre a “Materialidade no Planejamento e Execução da Auditoria” de uma instituição financeira.

A seguir, com base nos dados hipotéticos, abaixo, das demonstrações contábeis de uma instituição financeira, determine objetivamente a materialidade de planejamento, demonstrando seu cálculo e justificando o referencial utilizado.

Uma vez definida a materialidade de planejamento e considerando que o ambiente de controles internos é avaliado como bom, determine a materialidade de execução e explique por que e como ela foi calculada.

Dados contábeis em:	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo total	851.332	751.443
Passivo total	777.846	687.051
Patrimônio líquido	73.486	64.392
Resultado líquido de intermediação financeira	32.835	34.736
Receita de prestação de serviços	13.912	12.341
Lucro líquido antes do IR e da CSLL	18.481	20.336

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

